

veis infringências de ordem sanitária no contexto das ilações expostas pelo Conselheiro MURAD em relação à comercialização e dispensação dos produtos que menciona, há que ser providenciada pelos órgãos da jurisdição própria, nos dois (2) casos específicos". É importante salientar que qualquer documentação enviada pela DIMED relativa a dependência física e/ou psíquica de medicamentos diz sempre respeito a retrospectiva histórica. "A Divisão de Medicamento (DIMED) depende de documentação técnica, relato comprovado de casos, análise psicológica de indivíduo imputado dos como dependentes e outros dados a respeito para atualizar suas informações, e, se for o caso, levar os dados às convenções internacionais. Nesse sentido, esta Divisão agradece que seja enviada documentação técnica a respeito resguardada, apenas, o segredo de identidade do paciente". Finalmente, esta Divisão solicita ao Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) seja discutida em plenário, e, se de acordo, aprovada, uma recomendação aos senhores membros do CONFEN, Diretores de Hospitais Psiquiátricos e Chefes de Fiscalização Estadual no sentido de que não omitam o nome ou local dos estabelecimentos comerciais onde existe suspeita de venda abusiva de medicamentos". Diante das diversas opiniões sobre o assunto e a ausência do relator MURAD o Senhor Presidente pediu "vistas" do processo e solicitou ao Diretor da DIMED que estudasse a possibilidade de se fazer um estudo com relação ao abuso de medicamentos contendo Zipeprol, codeína e seu grupo farmacológico pois está havendo, no que parece, um abuso no uso de tais medicamentos. O representante do Ministério da Saúde solicitou que deixasse consignado em ata, a propósito de entrevista do Doutor MURAD, denunciando omissão da DIMED no controle do ZIPEPROL, manifestou a expectativa do Senhor Ministro da Saúde no sentido de que o próprio Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) venha a adotar medidas tendentes a evitar que seus membros, nessa condição, externem, pelos meios de comunicação de massa, críticas àquela Instituição, sobretudo quando revelem, como no caso, desinformação a respeito do funcionamento do Sistema Nacional de Saúde. c) Processo DIMED nº 10 241. Assunto: venda do Produto ZIPEPROL (Zipeprol). Relator: Doutor LUIZ GONÇALVES PAULO. Parecer: por ser a mesma substância contida no ERITÓO o parecer ficou prejudicado, no caso específico. d) Ofício MRE/DNU/55 (Processo nº 20 814). Assunto: Consulta sobre critérios para isenção, pelos Governos, nos termos do artigo terceiro (3º) do Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de mil novecentos e setenta e um (1971), de medidas de controle previstas no Convênio e aplicáveis a preparados que contenham substâncias psicotrópicas. Relator: Doutor MURAD. Parecer: "Somos do parecer que os critérios para a isenção de preparações que contenham substâncias psicotrópicas proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), são seguros e razoáveis. Apenas opinamos que os seguintes pontos sejam mais esclarecidos no documento final: a) que, em cada caso, seja bem esclarecida a função da substância "contra-ativa" e bem estabelecida a sua eficácia na mistura, é também necessário esclarecer-se adequadamente a condição "que a dependência não se estabeleça com facilidade". Quais os critérios que serão usados para se fixar ?; c) que as preparações sejam feitas de tal maneira de modo a não permitir a recuperação dos constituintes, mesmo usando-se técnicas comuns de laboratório". Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente convocou os Membros do Conselho para comparecerem a Sessão Plenária do III Encontro Nacional de Moral e Civismo, a realizar-se às dezessete (17) horas do mesmo dia no Centro de Treinamento da TLEBRAS onde será apresentado um painel sobre Tóxicos a cargo de diversos membros do Conselho. E eu, Secretária-Executiva, para constar, la vrei a presente Ata que vai assinada pelo Presidente e or mim.

ARTHUR DE CASTILHO NETO
Presidente

THEREZA MARIA DE PETREBÓ E DE CARLI
Secretária-Executiva

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA DEZESSETE (17) DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS (1983).

As dez (10) horas do dia dezessete (17) de outubro de mil novecentos e oitenta e três (1983), reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária em sua sede, no Ministério da Justiça em Brasília, sala quatrocentos e setenta (470). Presentes os Senhores Conselheiros ANTONIO ZAPPALÁ, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIN MORAES FILHO, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em Assuntos Gerais o Senhor Presidente louvou a iniciativa do Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA por haver promovido junto ao Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria da Justiça, condições propícias ao CNPP, em realizar a sua primeira reunião especial na Capital daquele Estado, evento que contribuiu sobremaneira para a divulgação dos trabalhos do Conselho no Recife, sede da 3a. (terceira região penitenciária do país, e, nos demais estados que compreendem a mencionada região. Mereceu destaque e sensibilizados agradecimentos à acolhida fidalga dos Senhores Professores ROBERTO MAGALHÃES - Governador do Estado, ISAAC PEREIRA DA SILVA - Secretário da Justiça e demais autoridades locais. A oportunidade o Senhor Conselheiro JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, em nome do Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, agradeceu a honra e a satisfação por Recife haver participado da história do CNPP ao realizar ali, a sua primeira reunião fora da sede e haver viabilizado a solução de problemas penitenciários locais. Ainda com a palavra transmitiu cumprimentos ao Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, por sua investitura ao destacado cargo de Coordenador de Polícia de São Paulo, órgão diretamente ligado à Secretaria de Segurança do Estado. Ao ensejo traçou o perfil do homenageado, ressaltando sobretudo os cargos de relevo que antes, assumira. A colocação em apreço foi unanimemente ratificada pelo Colendo Conselho que, ao ensejo da posse do Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, transmitiu mensagem nesse sentido. Em seguida o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitam pelo CNPP no período compreendido entre seis (6) de setembro a doze (12) de outubro corrente. Abrindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente justificou a ausência dos senhores Conselheiros RENE ARIEL DOTTI e EVERARDO DA CUNHA LUNA, o último representado pelo Se

nhor Conselheiro JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA. Em seguida, submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colendo Conselho, tendo sido aprovada com a emenda proposta pelo Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, que, objetivando a realização da política criminal nacional e a preparação da execução da próxima reforma penitenciária promoveu as seguintes indicações: 1a.) - Encaminhamento de proposição ao Egrégio Conselho Federal de Educação, no sentido de ser adotado nas Universidades, o ensino obrigatório do direito de execução penal, do direito do menor e da criminologia. O tema foi amplamente discutido, merecendo aprovação com a admissão proposta pelo Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, no sentido de que as disciplinas fossem optativas, em razão da melhor estratégia para os fins da indicação - 2a.) Reenvio do anteprojeto de reestruturação do DEPEN à Secretaria de Orçamento e Finanças da

SEPLAN, matéria aprovada por unanimidade dos presentes, com base em sua fundamentação, ressaltando a urgência de se corrigir a defasagem do órgão, ante a proximidade da vigência da Lei de Execução Penal, que teria desatualizado o instrumento jurídico destinado à sua aplicação a nível nacional - 3a.) - Execução de uma das conclusões do Encontro Nacional sobre Sistema Penal, que trata da Política do Bem Estar do Menor Infra-tor, como modalidade da Política Criminal Nacional. O Egrégio Conselho ao aprovar a presente indicação destacou em relevo a transcendência da matéria, considerando a delinquência do menor como um dos fatores mais agudos da criminalidade do adulto - 4a.) - Em razão de estudos do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça e do DEPEN, quanto à extensão dos recursos da SUDAM na política penitenciária que se desenvolve na Amazônia legal, sugeriu ao CNPP, fosse examinada a possibilidade de realizar uma de suas reuniões, na sede de uma das futuras unidades da Escola Penitenciária Nacional, como centro de ensino profissionalizante e pesquisa criminológica. O Ministério da Justiça e o Ministério do Interior, implantaria na sede respectiva um complexo penitenciário-piloto, que serviria de paradigma para o sistema penitenciário da Amazônia Legal. Além disto detalhou as etapas do fecundo estudo entre os Ministérios do Interior e da Justiça, oportunidade em que o CNPP transmitiu-lhe o seu aplauso, e, por sugestão do Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, será examinada a possibilidade de publicar o referido estudo. Quanto à realização da reunião conforme proposta, foi aceita, porém condicionada ao exame do local específico, fase propícia ao período de realização, bem como estruturação do programa e contatos com autoridades locais, pelos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Concluídas as exposições ora em epígrafe o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos para receber os novos Diretores do DEPEN, Doutores MERCIA DE ALBUQUERQUE FERREIRA - Divisão de Inspeção e Controle e ISAAC BARRETO RIBEIRO - Divisão de Cadastro e Processamento. Ao tomarem assento à mesa de trabalhos, o Senhor Diretor-Geral do DEPEN, Professor JASON SOARES ALBERGARIA falou sobre os seus perfis e sobre o universo de atividades atribuídas aos recém empossados Diretores, com quem contará, certamente, para a melhor implementação daquelas áreas. O Conselho, unanimemente, hipotecou à Dra. MERCIA e ao Dr. ISAAC, os melhores votos de profícua gestão, convidando-os para participarem dos trabalhos daquela sessão e de outras que assim o desejarem. Os homenageados agradeceram e em seguida a Dra. MERCIA retirou-se em virtude de compromissos anteriormente assumidos; permaneceu então, e, acompanhou os trabalhos, o Dr. ISAAC BARRETO RIBEIRO. Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, que emitiu parecer sobre matéria oriunda do DEPEN, relativa ao Regimento Interno Padrão para Centros de Observação. Considerando o conteúdo do tema com lucidez e profundidade promoveu o desengajamento do texto quanto à forma e manteve, entretanto, a sua estrutura fundamental, enfatizando o aspecto científico do novo organismo previsto no Projeto de Lei de Execução Penal e já estruturado em alguns sistemas locais. Foi apresentado, ainda pelo Parecerista, minuta de Resolução respectiva, tendo sido ambos os documentos, aprovados por unanimidade. A Resolução em apreço segue transcrita: "O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, em sua reunião ordinária do dia 17 (dezessete) de outubro de 1983 (mil novecentos e oitenta e três) atendendo a que, por ora, não temos ainda, uma Lei de Execução Penal, pela qual melhor se concretize a individualização executória, e: CONSIDERANDO que tal individualização cumpre-se no dar a cada condenado as oportunidades e elementos ne-

cessários, para que consiga a reinserção social; CONSIDERANDO que a observação, a classificação e o encaminhamento iniciais surgem indispensáveis e devem emergir de maneira técnica e científica, afastadas as improvisações; CONSIDERANDO que, assim, é recomendável a criação de centros de observação, nas unidades federativas, providos de orgânica mínima RESOLVE, no desempenho de suas atribuições legais e regimentais, baixar, para uso em todo território nacional, O REGIMENTO INTERNO PADRÃO PARA CENTROS DE OBSERVAÇÃO, cujo teor, na íntegra será encaminhado aos Coordenadores e Dirigentes dos Sistemas Penitenciários locais". EXTRA-PAUTA, foi proposto pelo Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, o Telex que segue, aprovado pelo Egrégio Conselho ao Senhor Secretário de Segurança do Estado de São Paulo: "Exmº Senhor Professor MIGUEL REALE JÚNIOR - DD. Secretário Segurança São Paulo Rua Higienópolis 758 - Aprovou este Conselho proposta seu integrante Conselheiro ABELARDO JUREMA v.g. moção congratulações Vossência escolha ocupação elevado cargo Coordenador Polícia esse Estado v.g. Professor SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO v.g. por todos os títulos v.g. morais v.g. profissionais et culturais altura da responsabilidade exercício essa função nesse Estado líder pt Cordiais Saudações v.g. PIO SOARES CANEDO - Presidente - CNPP". Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva - CNPP